



> ARTE, ARQUITETURA E DESIGN

HELOÍSA PONTES

Professora Titular do Departamento de Antropologia da
Universidade Estadual de Campinas

NATHANAEL ARAÚJO

> *Comitê Editorial*

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade
Estadual de Campinas

O ano de 2019 foi marcado por uma ostensiva marcha contra a ciência e a educação brasileira. O descaso e a omissão do atual governo nos obrigam a começar esse texto chamando atenção para os riscos que a guerra travada contra professores e pesquisadores traz para o presente e o futuro da ciência em nosso país e, por extensão, para a melhoria da qualidade de vida da população e para a ampliação da cidadania. Mas nem tudo foi perdido em 2019. O ano marca também uma década de existência da *Proa: Revista de Antropologia e Arte*. Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, concebida como um fórum de divulgação de pesquisas e, a um só tempo espaço, de formação de futuros cientistas sociais, ela é uma empreitada dos alunos de mestrado e doutorado. Ao longo desses dez anos, a revista se firmou no cenário nacional como uma publicação voltada para o diálogo e o entrelaçamento da antropologia aos aportes teóricos de outras disciplinas na investigação das dinâmicas sociais acopladas às formas expressivas e à produção artística.

A demonstração desse vigor pode ser entrevista no perfil dos autores que integram o dossiê *Arte, Arquitetura e Design*, provenientes da sociologia, da arquitetura, do design e da antropologia. Essa diversidade profissional e de formação dá tónus aos enquadramentos escolhidos por eles para o escrutínio dos nexos sociais, simbólicos e materiais presentes nesses três universos.

A arquiteta e socióloga Camila Rosatti, em “Habitar o moderno: habitus e estilo de vida conformando os modos de morar”, analisa a casa paulistana que o médico Febus Gikovate (imigrante polonês e judeu, militante do Partido Comunista Brasileiro, entre 1932 e 1934) encomendou, no final dos anos de 1940, ao arquiteto e professor universitário Vilanova Artigas. Distanciando-se da trilha habitual seguida pelos historiadores da arquitetura, a autora descortina a casa pela ótica do cliente. Sustentado pelo cruzamento da perspectiva teórica de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, o artigo de Rosatti dá a ver a potência do ângulo selecionado para o desvelamento da multiplicidade de dimensões – sociais, simbólicas, espaciais e arquitetônicas – que enfeixam o projeto e os usos dessa casa específica. “Registro sintético de alta densidade”, ela materializa um projeto de vida ao mesmo tempo individual e de reprodução familiar de setores mais intelectualizados e politicamente radicais das ca-

madras altas em São Paulo, no período em que a cidade vivia intenso processo de metropolização. Examinada com o recurso da reconstituição biográfica do cliente e das proposições do arquiteto renomado, a casa dos Gikovate mostra que os compromissos da agenda política de cunho progressista do pai da família não foram suficientes para dirimir as dimensões de classe enfeixadas nos usos e nas representações de seus espaços internos.

Enquanto Camila Rosatti descortina com olhos treinados pelo aporte sociológico as clivagens de classe, gênero e geração materializadas na casa de vanguarda, a arquiteta Joana Silva, no artigo “Deslocamentos na cidade sitiada”, se vale da literatura de Clarice Lispector para esticar, pelo avesso, a compreensão da arquitetura moderna. Interessada em entender a relação entre domesticidade e formas de morar na habitação privada brasileira entre 1930 e 1960, Joana, assim como Camila, não se restringiu ao discurso sobre a habitação dos arquitetos modernos e seus canais de divulgação. Atenta a outras narrativas sobre o morar, ela se aproximou dos ideais de domesticidade em curso no período por meio de um conjunto variado de publicações destinadas às mulheres (manuais de dona de casa, de economia doméstica e de etiqueta, revistas e colunas femininas). E foi além: recorreu à produção literária de Clarice Lispector, cuja fortuna crítica bem estabelecida deixara passar despercebido o foco acionado pela arquiteta para escrutinar a obra da escritora consagrada. Contraposta ao discurso normativo que impregna as publicações da época voltadas para o público feminino, a literatura de Clarice, mostra-nos Joana, traz novos aportes para se pensar os espaços da casa, seus arranjos e usos, suas conexões com as performatividades de gênero e de classe. Seguindo a trilha aberta por Raymond Williams em relação ao tratamento da produção artística, Joana entrelaça a análise do romance *A cidade sitiada* (1949) de Clarice Lispector, às alterações e às persistências nas relações de gênero, às mudanças nos ideais de domesticidades, às novas formas de morar e estar na cidade. As chaves de leitura mobilizadas pela arquiteta permitem averiguar como Clarice Lispector plasmou esteticamente o processo de transformação social em curso e deu forma literária ao assunto da domesticidade e dos objetos que a exprimem.

A análise das tensões e dos ideários de classe, gênero e raça impressos nos modos de morar e nos usos da casa, ganha um foco surpreendente no artigo de Cláudia Zacar e Marinês dos Santos. Em diálogo com trabalhos das áreas de história do design e da arquitetura, as autoras analisam os ambientes domésticos expostos na Casa Cor do Paraná – mostra de design, arquitetura e paisagismo que ocorre em Curitiba desde 1994 – pelo prisma das representações e dos usos que os profissionais envolvidos fazem da “natureza” na decoração dos interiores das casas. Com o olhar treinado na leitura interna dos elementos do designer, as autoras, ao mesmo tempo em que confirmam a força dos objetos na configuração da cultura material, lançam mão da antropologia e da literatura sobre gênero, para desvelar os sentidos sociais e simbólicos da “natureza” aplicada aos elementos decorativos. Os interiores domésticos podem ser entendidos, nas palavras de Cláudia Zacar e Marinês dos Santos, “como próteses de gênero que constituem feminilidades e masculinidades mediante o estí-

mulo sensorial, a sugestão de práticas específicas, a construção de visualidades, o direcionamento a certos interesses, atenções e afetos”.

Casas também são assunto do artigo de Bruna dos Santos. Mas ao contrário das autoras que a precederam, Bruna se volta para as casas Guarani, localizadas nas aldeias situadas em São Paulo, em busca do significado do grafismo exibido. Com o auxílio das fotografias e da catalogação das imagens, “O trançado das casas” esmiúça o deslocamento dos padrões gráficos tradicionalmente veiculados na cestaria do grupo e sua utilização nas fachadas, nos telhados e nos pilares das residências indígenas. A transposição do grafismo da cestaria para as casas é um modo, mostra-nos a autora, de torná-las inteligíveis aos não-indígenas. Isto é, de evidenciar, por meio de uma linguagem plástica e gráfica reconhecida como “étnica” no mundo dos brancos, a sua relevância na produção da diferença das aldeias com o seu entorno e dos Guarani com o mundo não-indígena. A atenção aos elementos plásticos e gráficos aplicados às fachadas, nutrida pela formação em arquitetura da autora e pelo viés comparativo, é um dos pontos altos do artigo. Recorrendo ao trabalho da fotógrafa Ana Mariani sobre as fachadas de casas do interior do Nordeste - nas quais as pinturas inventivas e singulares derivam tanto dos materiais e dos processos construtivos quanto do “modo de vida caprichoso e simples de seus habitantes” - Bruna dos Santos constrói uma interpretação cristalina para o emprego do grafismo nas casas Guarani, relacionando forma estética, espaço, interação e conflito.

Objetos domésticos, como os bancos para sentar, são abordados no artigo de Yasmin Fabris e Ronaldo de Oliveira Corrêa. Mas assim como Bruna dos Santos abordou o assunto da casa pelo prisma do grafismo indígena, Fabris e Corrêa interessam-se pelos bancos para entender a sua transposição para o espaço museográfico e não para enquadrá-los no interior das casas. De olho na produção da diferença e nas estratégias de agenciamento de objetos da cultura popular, eles analisam a exposição “Puras Misturas”, que inaugurou o museu Pavilhão das Culturas Brasileiras, situado no Parque Ibirapuera de São Paulo, em 2010. Praticando a visada cruzada propiciada pela formação em design e em antropologia, não separam a interpretação da exposição dos ideários do museu que a abrigou e das escolhas das curadoras que a idealizaram. Daí a opção metodológica de cotejar as narrativas desses profissionais com a análise da materialidade dos objetos expostos: bancos de origem popular, bancos indígenas e bancos assinados por designers renomados. Na materialidade desses objetos estão impregnadas, nas palavras dos autores “marcações que denunciam as distinções entre eles. Os bancos populares, quando comparados aos eruditos, apresentam detalhes de acabamento e processos de produção que revelam biografias distintas”. Atenuadas em prol da exploração dos artefatos como “suporte para performatizar o argumento curatorial da exposição”, essas diferenças, assim como a assimetria entre o popular e o erudito, são escrutinadas no artigo.

Design de objetos é o assunto do sociólogo Rafael Malhão. Não na chave da sua inscrição como suporte curatorial, mas como tema potente para revelar, de um lado, dimen-

sões estruturais do capitalismo e, de outro, um experimento localizado no qual o autor é ao mesmo tempo artífice, designer e analista. Em “O design e o desempenho (diferencial) do capitalismo”, Rafael explora a emergência do ofício do designer no bojo da revolução industrial, para abordar, em seguida, os desafios que enfrentou como aluno de graduação em design, na disciplina de projeto de tecnologias assistivas, destinadas a agrupar dispositivos, técnicas e processos que podem prover assistência e reabilitação e melhorar a qualidade de vida de pessoas com deficiência. Correlacionado à execução plena da ordem capitalista, o design, na perspectiva e nas palavras do autor, “projeta falta e escassez criando barreiras ao conhecimento do modo de existência dos objetos técnicos e produzindo modos de vida desejáveis por meio da exclusividade, do estilo, da obsolescência e da moda, por exemplo”. Em contraposição, o design envolvido nos projetos de criação de tecnologias assistivas se orienta pelo “desejo de resolver problemas específicos e proporcionar uma melhor integração entre o humano e o seu meio associado”. A transição da dimensão macroestrutural para a análise do experimento vivido pelo autor – a construção de uma cadeira escolar para crianças diagnosticadas com paralisia cerebral – é pautada pela ideia de que a compreensão do objeto produzido é inseparável da apreensão do pensamento que nele se materializa, de sua relação como o mundo e da maneira como o entorno contribui para a sua criação.

O último artigo do dossiê, “Uma etnografia dos espaços musicais”, do antropólogo Mateus de Oliveira, dedica-se a explorar os nexos entre a materialidade dos objetos musicais, as formas de exposição e venda, e as políticas de valoração, autenticidade e sonoridade. A etnografia realizada em quatro lojas paulistanas especializadas em instrumentos de corda, as conversas com os vendedores e a observação da disposição nas vitrines dos cordofones são o acicate para Mateus de Oliveira discutir os regimes de visibilidade e de valor que circundam esses artefatos, em diálogo com as premissas da Arjun Appadurai sobre a vida social e a biografia cultural dos objetos.

Arte, Arquitetura e Design vem a público em meio aos ataques às universidades públicas e aos desdobramentos das políticas de acesso de pessoas negras, indígenas e LGBTQs ao ensino superior, entre eles, a formulação de epistemologias plurais, necessárias para o adensamento do conhecimento científico. De modo análogo, o campo das artes tem sido interpelado pelo questionamento dos critérios de representação, representatividade e legitimidade acionados pelas instituições que abrigam e chancelam a produção artística. O debate sobre o direito à cidade, por sua vez, e as ocupações de prédios “abandonados” para habitação e de edifícios escolares por parte de estudantes secundaristas indignados com as políticas educacionais em voga, tensionam as fronteiras entre espaços públicos e privados, obrigando-nos a alargar a compreensão da relação entre experiências urbanas, casas, domesticidade, subjetividade e formas de fazer política.

Os artigos reunidos nesse dossiê mostram a vitalidade do diálogo da antropologia com a arquitetura, as artes e o design e sua importância para a ampliação das nossas agendas de pesquisa e para o entendimento da criação em tempos conturbados como os nossos.